



SENADO FEDERAL

Senador **PAULO PAIM**

PT/RS

Estatuto do Idoso

LEI Nº 10.741, DE 1º DE
OUTUBRO DE 2003

*Dispõe sobre o Estatuto do Idoso
e dá outras providências.*

BRASÍLIA – 2004

Vxp«ulr

<input type="checkbox"/>	Apresentação	5
<input type="checkbox"/>	20 anos de luta	7
<input type="checkbox"/>	Unanimidade no Congresso Nacional	9
<input type="checkbox"/>	Sanção presidencial homenageia Dia Internacional do Idoso	11
<input type="checkbox"/>	Discurso do senador Paulo Paim na cerimônia em comemoração ao Dia Internacional do Idoso	15
<input type="checkbox"/>	Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia em comemoração ao Dia Internacional do Idoso (trechos)	19
<input type="checkbox"/>	LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003	23
	TÍTULO I	
	Disposições Preliminares	23
	TÍTULO II	
	Dos Direitos Fundamentais	24
	CAPÍTULO I	
	Do Direito à Vida	24
	CAPÍTULO II	
	Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade	25
	CAPÍTULO III	
	Dos Alimentos	25
	CAPÍTULO IV	
	Do Direito à Saúde	26
	CAPÍTULO V	
	Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer	27
	CAPÍTULO VI	
	Da Profissionalização e do Trabalho	28
	CAPÍTULO VII	
	Da Previdência Social	29
	CAPÍTULO VIII	
	Da Assistência Social	29
	CAPÍTULO IX	
	Da Habitação	30
	CAPÍTULO X	
	Do Transporte	31

TÍTULO III	
Das Medidas de Proteção	32
CAPÍTULO I	
Das Disposições Gerais	32
CAPÍTULO II	
Das Medidas Específicas de Proteção	32
TÍTULO IV	
Da Política de Atendimento ao Idoso	33
CAPÍTULO I	
Disposições Gerais	33
CAPÍTULO II	
Das Entidades de Atendimento ao Idoso	33
CAPÍTULO III	
Da Fiscalização das Entidades de Atendimento	35
CAPÍTULO IV	
Das Infrações Administrativas	37
CAPÍTULO V	
Da Apuração Administrativa de Infração às Normas de Proteção ao Idoso	37
CAPÍTULO VI	
Da Apuração Judicial de Irregularidades em Entidade de Atendimento	38
TÍTULO V	
Do Acesso à Justiça	39
CAPÍTULO I	
Disposições Gerais	39
CAPÍTULO II	
Do Ministério Público	40
CAPÍTULO III	
Da Proteção Judicial dos Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Indisponíveis ou Homogêneos	41
TÍTULO VI	
Dos Crimes	44
CAPÍTULO I	
Disposições Gerais	44
CAPÍTULO II	
Dos Crimes em Espécie	45
TÍTULO VII	
Disposições Finais e Transitórias	47
□ Considerações Finais	51
□ Idosos e Rebeldes	55

Apresentação

A concretização de um sonho

Está concretizado o sonho de 20 milhões de brasileiros. A aprovação do Estatuto do Idoso pelo Congresso Nacional e a sua conseqüente sanção pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, é fruto de luta histórica do movimento social brasileiro.

Co-autores dos princípios que deram origem a este Estatuto, ativistas de entidades representativas de aposentados, pensionistas e idosos permaneceram mobilizados em todo o país, certos de que alcançariam o objetivo almejado. Tiveram papel decisivo nesta vitória, a partir da defesa incansável do projeto, nas últimas décadas. Merecem destaque especial no avanço da discussão no seio da sociedade brasileira, a Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas) e o Mosap (Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas).

Já no Congresso Nacional, foram seis anos de luta, mas valeu a pena. Vencemos. Esperamos agora que o Ministério Público e demais responsáveis pelas leis deste país mantenham-se atentos e irredutíveis na aplicação e fiscalização das mesmas, bem como à punição nos casos em que ela se fizer necessária.

Ao apresentarmos este exemplar do Estatuto do Idoso temos a certeza de que construímos uma peça de valor inestimável para as gerações futuras desta Nação. Estamos todos de parabéns.

Um grande abraço,

do amigo

Senador Paulo Paim (PT/RS)

20 anos de luta

Até a aprovação pelo Congresso Nacional, o Estatuto do Idoso percorreu um longo caminho. Foi muito tempo de luta, mais especificamente 20 anos. A discussão interna entre os associados de inúmeras entidades que representam os interesses de idosos e aposentados começou em 1983 e foi consolidando-se até meados da década de 90.

Em 1997, as várias propostas e sugestões levantadas em inúmeros encontros, debates, seminários e audiências públicas, realizados em vários estados da Federação, foram sistematizadas pelo então deputado federal Paulo Paim (PT/RS), em um projeto de lei abrangente e objetivo, o PL nº 3.561/97, apresentado à Câmara dos Deputados.

Em 1999, a Comissão de Seguridade da Câmara aprovou o projeto, sendo criada então a Comissão Especial que, na tarde do dia 29 de agosto de 2001, aprovou-o de forma unânime. Três meses depois, em 22 de novembro, no Auditório do Espaço Cultural Zumbi dos Palmares, foi realizado um grande seminário que tornou público o texto aprovado pela Comissão Especial.

Participaram do seminário, além de parlamentares, representantes da Cobap (Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas), do Mosap (Movimento de Servidores Aposentados e Pensionistas), da Associação Nacional de Gerontologia, da Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia, da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), entre vários outros dirigentes de entidades de todo o país. Os participantes foram unânimes em reconhecer a necessidade da aprovação do Estatuto do Idoso.

O projeto de lei ganhou aliados fortíssimos em 2003: a Campanha da Fraternidade da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e a novela da Rede Globo, *Mulheres Apaixonadas*. O tema da Campanha da CNBB deste ano é *Fraternidade e Pessoas Idosas – Vida Dignidade e Esperança*. Já a novela da Globo abordou o drama da velhice por intermédio de um casal maltratado pela neta, personagens interpretados pelos atores Carmem Silva e Oswaldo Louzada.

Unanimidade no Congresso Nacional

O Estatuto do Idoso foi aprovado por unanimidade pelo Plenário da Câmara dos Deputados, na noite de 21 de agosto, de 2003. Na Câmara, o relatório do deputado Silas Brasileiro (PMDB/MG) incorporou alguns dispositivos sugeridos em emenda substitutiva do governo, sendo fruto de trabalho conjunto de parlamentares, especialistas, profissionais das áreas de Saúde, Direito, Assistência Social e das entidades e organizações não governamentais voltadas para a defesa dos direitos e proteção aos idosos.

No exercício da Presidência do Senado Federal, Paulo Paim recebeu, no dia 22 de agosto, o texto do Estatuto do Idoso, aprovado pela Câmara dos Deputados. Paim o definiu como um marco para a sociedade brasileira, classificando o momento em que o recebia como histórico. O senador já previa que o Senado votaria logo a matéria.

O texto foi entregue pelo relator, deputado Silas Brasileiro (PMDB/MG), e pelo secretário-geral da Mesa da Câmara, Mozart Vianna. Estavam ainda presentes o cônego José Carlos Dias Toffoli, secretário-executivo da Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), e representantes da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (Cobap), da Frente Parlamentar das Entidades em Defesa da Previdência Social Pública e do Conselho Nacional de Direitos do Idoso, entre outras entidades.

“É um momento histórico porque está acontecendo uma mudança de cultura. O mundo olha para o Brasil neste momento. Esse Estatuto já está sendo discutido em outros países a partir da peça construída

aqui. Tudo está contemplado no Estatuto. A saúde, a educação, a habitação, a ação do Ministério Público para acelerar processos em defesa do idoso. Então, é um momento ímpar”, destacou Paim.

O senador afirmou ainda que o país terá agora um instrumento tão contundente quanto o Estatuto da Criança e do Adolescente para garantir a cidadania plena dos idosos. Ele salientou a importância da CNBB na aprovação do projeto, pelo impacto da Campanha da Fraternidade, induzindo o país a voltar seus olhos para a velhice. Elogiou ainda a participação dos meios de comunicação no debate.

Urgência, urgentíssima

O sinal verde do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, desencadeou a articulação com o presidente do Senado Federal, José Sarney (PMDB/AP), que resultou na votação do Estatuto do Idoso pelo Plenário do Senado Federal, no dia 23 de setembro.

Entre o final da manhã e o começo da tarde do dia 17 de setembro, os senadores petistas Paulo Paim (RS), Aloízio Mercadante (SP) e Tião Viana (AC) recolheram as assinaturas de todos os líderes de partido para requerimento solicitando urgência, urgentíssima, encaminhado por Paim à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

“O Estatuto do Idoso é uma lei completa e inovadora”, destacou o senador Demóstenes Torres (PFL/GO), no relatório da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que foi apresentado ao Plenário do Senado Federal, na tarde do dia 23 de setembro, com parecer favorável ao projeto.

Já o senador Sérgio Cabral (PMDB/RJ), relator na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), salientou que a lei única vai facilitar o seu conhecimento pela sociedade e a sua efetiva aplicação.

No começo da noite, o Estatuto do Idoso foi aprovado, também por unanimidade, pelo Plenário do Senado Federal. O último orador a encaminhar a votação foi o senador Paulo Paim. Ao chamá-lo para falar, o presidente da Casa, José Sarney, referiu-se a Paim como o orador que merecia as homenagens de todo o Senado.

Sob aplausos do Plenário, a sessão encerrou-se, após as seguintes palavras do Senador Sarney: “Declaro aprovado o Projeto do Estatuto do Idoso, marco desta legislatura, um grande passo no caminho da justiça social no Brasil.”

Sanção presidencial homenageia Dia Internacional do Idoso

As leis que compõem este Estatuto começam a vigorar, na sua totalidade, 90 dias após 3 de outubro, quando foi publicada pelo *Diário Oficial da União* a sanção presidencial ao projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional.

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou o Estatuto do Idoso, no final da manhã de 1º de outubro, Dia Internacional do Idoso, em solenidade realizada no Palácio do Planalto, que contou com a presença de autoridades, e reservou um lugar de destaque para o vice-presidente do Senado Federal e autor do projeto do Estatuto, senador Paulo Paim (PT/RS).

“É o tempo necessário para a adaptação da sociedade à nova lei”, explica o senador Paim, ressaltando que os itens que já estão contemplados pela Política Nacional do Idoso, Lei nº 8.842 de 1994, continuam em vigência.

Vinte milhões de brasileiros serão beneficiados por este Estatuto, que chega no momento em que as estatísticas indicam uma mudança significativa no perfil da população do país. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), até 2025, o Brasil será o sexto país do mundo com o maior número de pessoas idosas. Nos últimos 40 anos, o número de brasileiros idosos quintuplicou, passando de três milhões em 1960 para 14 milhões em 2002. Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020 este número poderá chegar a 32 milhões.

Parte I

“Nós estamos num momento fundamental para a garantia da dignidade do envelhecimento do povo brasileiro, já que o eixo central do Estatuto busca a autonomia e garante uma vida ativa para os idosos. Um modo de pensar que não é típico da nossa cultura. Com este Estatuto, estamos interferindo na maneira de pensar do brasileiro, mudando uma concepção e abrindo uma nova perspectiva de autodeterminação para os idosos.”

EDUARDO BARBOSA (PSDB/MG), deputado federal, presidente da Comissão Especial que analisou o projeto na Câmara dos Deputados

“Esse texto causará uma revolução na relação entre a sociedade e os que estão na terceira idade. Para nós, é a garantia de um futuro promissor para os que lutaram tanto na construção do país.”

SILAS BRASILEIRO (PMDB/MG), deputado federal, relator da Comissão Especial da Câmara dos Deputados

“Neste momento de aprovação, é importante salientar o mérito do Governo Federal em ter negociado com a Comissão Especial para que chegássemos ao texto final de acordo com a expectativa da sociedade.”

ÂNGELA GUADAGNIN (PT/SP), deputada federal, integrante da Comissão Especial da Câmara dos Deputados

“A CNBB recebe esta lei com muita alegria.”

JOSÉ CARLOS DIAS TOFFOLI, secretário-executivo da Campanha da Fraternidade da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB)

“Para nós é uma vitória muito grande. É uma felicidade completa a gente estar vendo consolidada a vitória de uma luta de muito tempo. Parabéns, senador Paulo Paim.”

JOÃO REZENDE LIMA, Presidente da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas (COBAP)

“O idoso precisa ser tratado com respeito e carinho. Como um igual, e não como um peso. O Estatuto vai acelerar a mudança na cultura.”

JOSEPHA BRITTO, ativista do movimento de aposentados e idosos e uma das redatoras do Estatuto do Idoso

“O Estatuto é o início da redenção do idoso no nosso país, já que até agora os idosos sempre foram marginalizados, sem que ninguém se interessasse verdadeiramente pelos seus problemas.”

DOMINGOS TRAVESSO, Presidente do Movimento dos Servidores Públicos Aposentados (Mosap)

“O Estatuto significa o resgate da dívida histórica da sociedade e do Congresso Nacional para com os idosos de todo o Brasil. É o reconhecimento da dignidade dos idosos neste país.”

EDISON HAUBERT, vice-presidente e presidente em exercício do Mosap

Discurso do senador Paulo Paim na cerimônia em comemoração ao Dia Internacional do Idoso



“**A** sanção do Estatuto do Idoso, no dia de hoje, 1º de outubro, Dia Internacional do Idoso, é o coroamento de um longo trabalho desenvolvido por mais de sete anos no Congresso Nacional, com os mais representativos setores da sociedade.

Agradecemos ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que não mediu esforços para que este Estatuto fosse aprovado antes do dia 27 de setembro, data nacional

dos idosos. Esta posição confirma a marca registrada deste governo com a área social.

Destacamos o apoio que recebemos do presidente do Senado, senador José Sarney, e do presidente da Câmara dos Deputados, deputado João Paulo Cunha.

Senhor Presidente,

O Brasil envelheceu rapidamente e a sociedade não se deu conta disso. Não dedicou aos idosos a devida atenção, o devido respeito.

Esta é a situação que o Estatuto propõe reverter.

- * Para isso, estabelece como dever da família, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, o efetivo direito à vida, à saúde, à alimentação, ao transporte, à moradia, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.
- * Para garantir o cumprimento do que estabelece, o Estatuto transforma em crime, com penas que vão até 12 anos de prisão, maus-tratos a pessoas idosas.
- * Proíbe a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados por idade.
- * Assegura o fornecimento de medicamentos, especialmente os de uso continuado, como para tratar hipertensão e diabetes.
- * Prevê o fornecimento gratuito de próteses no tratamento de habilitação e reabilitação.
- * Garante aos idosos descontos em atividades culturais e de lazer.
- * Assegura aos idosos com mais de 65 anos que vivem em famílias carentes o benefício de um salário mínimo.
- * Garante prioridade ao idoso na compra de unidades em programas habitacionais públicos.

Senhores e senhoras, ao longo dos seus 117 artigos, o Estatuto estabelece um novo marco de vida para homens e mulheres com mais de 60 anos.

Por toda essa proteção que oferece ao idoso, estou certo de que esse novo diploma legal representará um divisor de águas na vida dos 20 milhões de brasileiros que já atingiram os 60 anos de idade.

Senhores e senhoras, durante estes sete anos de debate sobre este tema apaixonante, choramos, cantamos e, com certeza, nos emocionamos muito, muito mesmo. Talvez tanto quanto o jovem poeta Piero Franco de Benedectis no momento em que escreveu: *“Velho, meu querido velho, / Agora já caminhas lento / Como perdoando o vento / Eu sou teu sangue, meu velho / Sou seu silêncio e teu tempo.”*

Com esses versos, quero homenagear a todos que construíram a Política Nacional do Idoso, incluída no Estatuto. A todos os partidos no Congresso Nacional. A todos as entidades que atuaram nessa condução: o Ministério Público, a Cobap, o Mosap e tantos outros.

É com carinho que lembro da Comissão Especial do Idoso, na Câmara. Como não posso listar todos, cito o deputado Eduardo Barbosa, presidente desta; e o deputado Silas Brasileiro, o grande relator.

O senador Sérgio Cabral, presidente da Comissão no Senado e também relator do Estatuto.

O senador Demóstenes Torres, relator na Comissão de Constituição e Justiça no Senado, que teve participação decisiva para a tramitação da matéria.

A senadora Lúcia Vânia que abriu mão da relatoria, em nome do entendimento.

Os deputados Ângela Guadagnin, Telma de Souza, Luiza Erundina, Aldo Rebelo e os senadores Tião Viana e Aloizio Mercadante, pela articulação que fizeram junto aos ministérios que tratavam deste tema.

Senhor Presidente,

A Comissão Especial do Idoso viajou muito por este país para ouvir a sociedade e também aos idosos de forma individual.

Tivemos momentos de tristeza e de alegria.

De tristeza, ao perceber que o abandono, as agressões, as apropriações dos bens dos idosos são alarmantes. Um dado nos deixou ainda mais perplexos: a agressão, em 90% dos casos, acontece no seio da própria família.

Mas tivemos também momentos de alegria ao ver o brilho no olhar, nos cabelos prateados de homens e mulheres, o brilho da esperança e do otimismo. Pessoas que não se deixam derrotar pelos pessimistas, ou pelo medo de viver.

Senhor Presidente,
Este momento é deles!
Senhor Presidente,

Gostaria de homenagear àqueles que lutaram muito para construir este Estatuto, mas infelizmente não estão mais junto de nós. Homenageio, portanto a letra de uma canção de Sérgio Bitencourt: *“Naquela mesa está faltando ele e a saudade dele está doendo em mim / naquela mesa, ele juntava gente e contava contente o que fez de manhã / e os seus olhos era tanto brilho / que mais que seu filho eu fiquei seu fã / eu não sabia que doía tanto uma mesa no canto / uma casa um jardim / se eu soubesse o quanto dói a vida / essa dor tão doída não doía assim.”*

Senhor Presidente, senhores e senhoras, a vida na sua sabedoria nos ensina que os mais velhos são os mais sábios.

A sabedoria milenar é quem diz: “A vida é fruto da energia do universo.”

Essa energia acompanha a lei de causa e efeito. O caminho que precisamos construir é o da generosidade. É o da solidariedade entre as gerações. Até porque, o jovem de hoje será o idoso de amanhã.

Quero também dar meus parabéns a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) pela Campanha da Fraternidade deste ano com o título “Com os olhos voltados para o Idoso”.

Cumprimento ainda o autor da novela “Mulheres Apaixonadas”, Manoel Carlos, bem como os artistas, que contribuíram para que o tema do Idoso fosse debatido nacionalmente: Carmem Silva, 87 anos, a nossa gaúcha, e Oswaldo Louzada, 91 anos, carioca.

Quero concluir não somente agradecendo a todos vocês que ajudaram a construir este momento bonito, muito bonito de nossas vidas, mas dizendo também o que os idosos gostariam de dizer, se tivessem a oportunidade que eu estou tendo.

*O SONHO SE TORNOU REALIDADE.
O ESTATUTO DO IDOSO AGORA É LEI !
É COISA NOSSA !
PARABÉNS, PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA.
PARABÉNS, IDOSOS DO BRASIL.*

Muito obrigado.”

Discurso do presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia em comemoração ao Dia Internacional do Idoso (trechos)



“**H**ouve um tempo em que os aposentados eram chamados de velhos. Eu acho que a palavra velho deveria ser abolida, ser trocada por experiente, como era na Antigüidade. Ou seja, as pessoas serem tratadas com um pouco mais de respeito.

E a gente fica olhando aqui as pessoas e se pergunta o seguinte: quem é velho? Sabe por quê? Porque o que torna uma pessoa velha, na verdade, são os maus tratos; é, as vezes, a doença. Mas hoje

encontramos, por este país afora e aqui dentro, pessoas com 80 anos, com 85 anos, que a gente percebe que vão viver mais uns 30 anos, pelo menos. Porque houve uma evolução na qualidade dos alimentos, na qualidade da saúde, na qualidade de vida. E as pessoas estão se tratando melhor.

Não é a idade que torna uma pessoa velha, são os maus tratos que tornam uma pessoa velha. Às vezes, a gente, andando pelo Brasil, encontra pessoas com 40 anos de idade, mulheres com 35 anos de idade, que já tiveram nove filhos, 10 filhos, que não comem as calorias e as proteínas necessárias. E essas pessoas então ficam, precocemente, velhas. Mas eu estou olhando para vocês aqui e o que a gente poderia dizer? O que vemos, na verdade, é um bando de meninas e meninos com o rosto enrugado. Alguns e algumas ainda participando de bailes. Tem até quem está na expectativa de arrumar namorado.

Porque a verdade é esta: não é a idade que envelhece as pessoas. Mais ainda: a gente não mede a nossa passagem pela Terra pela quantidade de anos vividos. Mas pela qualidade dos prazeres que a gente teve enquanto viveu. Isso, eu acho que ninguém pode esquecer... Meus amigos e minhas amigas, quando se aposentarem, por favor, não fiquem em casa atrapalhando a família. Procurem alguma coisa para fazer.

Quando completei 50 anos de idade, tomei uma decisão. Passei a falar: bom, se eu tenho menos tempo, eu tenho que vivê-lo da forma mais gostosa, mais saborosa e mais motivadora. Às vezes, uma dor acontece porque a gente está sem ter o que fazer.

A política fez com que esse projeto demorasse sete anos. Sete anos de debate. Talvez o fato de ter demorado sete anos fez com que as pessoas o fossem aperfeiçoando mais.

Mas hoje, sinceramente, penso que estamos dando um passo histórico.

O Estatuto do Idoso, que tenho a honra de sancionar nesta quarta-feira, modifica o rosto e a alma do Brasil. E muda ali onde mais precisamos mudar: fixando direitos que reforçam a precedência da vida sobre todas as coisas e a supremacia do bem comum sobre qualquer privilégio.

Mais importante ainda: o Estatuto tornou-se uma causa unânime entre as mais diversas correntes políticas do país – o que, sem dúvida

nos torna, hoje, uma sociedade melhor. Seus 119 artigos formam um guarda-chuva de garantias legais que a sociedade devia aos seus idosos. A partir de agora, eles terão uma ampla proteção jurídica para usufruir direitos da Civilização. Sem depender de favores. Sem amargar humilhações e sem pedir para existir. Simplesmente viver como deve ser a vida numa sociedade civilizada: com muita dignidade.

O Estatuto do Idoso reforça os laços de solidariedade do Brasil consigo mesmo, por isso é um marco republicano na nossa História. Hoje esse Estatuto abriga vinte milhões de cidadãos e cidadãs.

A trajetória desses brasileiros é um pedaço do nosso futuro; o seu futuro antecipa o nosso destino e o seu destino define a nossa sociedade. *Para que esse gesto de solidariedade entre o presente, o passado e o futuro pudesse se consolidar, foram anos de luta do meu companheiro e querido amigo, senador Paulo Paim, da nossa querida cidade de Canoas, no Rio Grande do Sul.*

Ele iniciou essa jornada em 1997. Mas só agora, com o apoio do Senado, da Câmara, do Governo, e graças a um consenso republicano que envolveu os mais diferentes partidos da Câmara e do Senado – do PMDB ao PFL, passando pelo PSDB – foi possível fazer em seis meses aquilo que há seis anos vinha sendo adiado: registrar em lei que, a partir deste Dia Internacional do Idoso de 2003, envelhecer neste país é mais do que sobreviver, é mais do que resistir, é mais do que ficar olhando a porta à espera da visita que não vem.

A partir de hoje, a dignidade do idoso passa a ser um compromisso civilizatório do povo brasileiro e isso eu vejo estampado na cara de cada um de vocês. Meus queridos companheiros e companheiras, não é a idade que impõe barreiras entre a felicidade e a velhice. Assim como não é ela que separa a infância da alegria; a juventude, da esperança; a maturidade, da auto-estima.

A espoliação mais perversa de um ser humano é aquela que subtrai da infância o tempo de aprender a brincar. Rouba do adulto o tempo de usufruir do seu trabalho com justiça e subtrai do idoso o tempo da serenidade e da fruição da experiência acumulada, na convivência com os seus. Quando não o relega ao abandono e ao esquecimento.

É justamente por isso que eu encaro esse Estatuto do Idoso como uma conquista de dignidade; uma celebração do respeito à vida; um elogio, enfim, à solidariedade humana.

Mas para que tudo isso se materialize, é preciso que esse instrumento de cidadania tenha a adesão de toda a sociedade, porque só assim as inovações que ele traz – e as leis que ele regulamenta – irão se transformar, de fato, em direitos na vida dos nossos idosos.

Tenho certeza de que esse Estatuto do Idoso também vai mudar a face do Brasil; e vai tornar este país mais parecido com a sociedade que acalentamos desde a nossa juventude.

Eu quero dizer a todos vocês que, neste dia extraordinário em que se comemora o Dia Internacional do Idoso, o que nós estamos fazendo é apenas constatando o avanço que a sociedade brasileira está tendo e que foi visualizado pela Câmara e pelo Senado, que conseguiram aprovar este Estatuto.

Muito obrigado e boa sorte para vocês.”

Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003

Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências.

O Presidente da República,
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

TÍTULO I Disposições Preliminares

Art. 1º É instituído o Estatuto do Idoso, destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.

Art. 2º O idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se-lhe, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Art. 3º É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende:

I – atendimento preferencial imediato e individualizado junto aos órgãos públicos e privados prestadores de serviços à população;

II – preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas;

III – destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção ao idoso;

IV – viabilização de formas alternativas de participação, ocupação e convívio do idoso com as demais gerações;

V – priorização do atendimento do idoso por sua própria família, em detrimento do atendimento asilar, exceto dos que não a possuam ou careçam de condições de manutenção da própria sobrevivência;

VI – capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia e na prestação de serviços aos idosos;

VII – estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento;

VIII – garantia de acesso à rede de serviços de saúde e de assistência social locais.

Art. 4º Nenhum idoso será objeto de qualquer tipo de negligência, discriminação, violência, crueldade ou opressão, e todo atentado aos seus direitos, por ação ou omissão, será punido na forma da lei.

§ 1º É dever de todos prevenir a ameaça ou violação aos direitos do idoso.

§ 2º As obrigações previstas nesta lei não excluem da prevenção outras decorrentes dos princípios por ela adotados.

Art. 5º A inobservância das normas de prevenção importará em responsabilidade à pessoa física ou jurídica nos termos da lei.

Art. 6º Todo cidadão tem o dever de comunicar à autoridade competente qualquer forma de violação a esta lei que tenha testemunhado ou de que tenha conhecimento.

Art. 7º Os Conselhos Nacional, Estaduais, do Distrito Federal e Municipais do Idoso, previstos na Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994, zelarão pelo cumprimento dos direitos do idoso, definidos nesta lei.

TÍTULO II Dos Direitos Fundamentais

CAPÍTULO I Do Direito à Vida

Art. 8º O envelhecimento é um direito personalíssimo e a sua proteção um direito social, nos termos desta lei e da legislação vigente.

Art. 9º É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.

CAPÍTULO II Do Direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade

Art. 10. É obrigação do Estado e da sociedade, assegurar à pessoa idosa a liberdade, o respeito e a dignidade, como pessoa humana e sujeito de direitos civis, políticos, individuais e sociais, garantidos na Constituição e nas leis.

§ 1º O direito à liberdade compreende, entre outros, os seguintes aspectos:

I – faculdade de ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais;

II – opinião e expressão;

III – crença e culto religioso;

IV – prática de esportes e de diversões;

V – participação na vida familiar e comunitária;

VI – participação na vida política, na forma da lei;

VII – faculdade de buscar refúgio, auxílio e orientação.

§ 2º O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, de valores, idéias e crenças, dos espaços e dos objetos pessoais.

§ 3º É dever de todos zelar pela dignidade do idoso, colocando-o a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

CAPÍTULO III Dos Alimentos

Art. 11. Os alimentos serão prestados ao idoso na forma da lei civil.

Art. 12. A obrigação alimentar é solidária, podendo o idoso optar entre os prestadores.

Art. 13. As transações relativas a alimentos poderão ser celebradas perante o Promotor de Justiça, que as referendará, e passarão a ter efeito de título executivo extrajudicial nos termos da lei processual civil.

Art. 14. Se o idoso ou seus familiares não possuírem condições econômicas de prover o seu sustento, impõe-se ao Poder Público esse provimento, no âmbito da assistência social.

CAPÍTULO IV Do Direito à Saúde

Art. 15. É assegurada a atenção integral à saúde do idoso, por intermédio do Sistema Único de Saúde – SUS, garantindo-lhe o acesso universal e igualitário, em conjunto articulado e contínuo das ações e serviços, para a prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde, incluindo a atenção especial às doenças que afetam preferencialmente os idosos.

§ 1º A prevenção e a manutenção da saúde do idoso serão efetivadas por meio de:

- I – cadastramento da população idosa em base territorial;
- II – atendimento geriátrico e gerontológico em ambulatorios;
- III – unidades geriátricas de referência, com pessoal especializado nas áreas de geriatria e gerontologia social;
- IV – atendimento domiciliar, incluindo a internação, para a população que dele necessitar e esteja impossibilitada de se locomover, inclusive para idosos abrigados e acolhidos por instituições públicas, filantrópicas ou sem fins lucrativos e eventualmente conveniadas com o Poder Público, nos meios urbano e rural;
- V – reabilitação orientada pela geriatria e gerontologia, para redução das seqüelas decorrentes do agravo da saúde.

§ 2º Incumbe ao Poder Público fornecer aos idosos, gratuitamente, medicamentos, especialmente os de uso continuado, assim como próteses, órteses e outros recursos relativos ao tratamento, habilitação ou reabilitação.

§ 3º É vedada a discriminação do idoso nos planos de saúde pela cobrança de valores diferenciados em razão da idade.

§ 4º Os idosos portadores de deficiência ou com limitação incapacitante terão atendimento especializado, nos termos da lei.

Art. 16. Ao idoso internado ou em observação é assegurado o direito a acompanhante, devendo o órgão de saúde proporcionar as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, segundo o critério médico.

Parágrafo único. Caberá ao profissional de saúde responsável pelo tratamento conceder autorização para o acompanhamento do idoso ou, no caso de impossibilidade, justificá-la por escrito.

Art. 17. Ao idoso que esteja no domínio de suas faculdades mentais é assegurado o direito de optar pelo tratamento de saúde que lhe for reputado mais favorável.

Parágrafo único. Não estando o idoso em condições de proceder à opção, esta será feita:

I – pelo curador, quando o idoso for interditado;

II – pelos familiares, quando o idoso não tiver curador ou este não puder ser contactado em tempo hábil;

III – pelo médico, quando ocorrer iminente risco de vida e não houver tempo hábil para consulta a curador ou familiar;

IV – pelo próprio médico, quando não houver curador ou familiar conhecido, caso em que deverá comunicar o fato ao Ministério Público.

Art. 18. As instituições de saúde devem atender aos critérios mínimos para o atendimento às necessidades do idoso, promovendo o treinamento e a capacitação dos profissionais, assim como orientação a cuidadores familiares e grupos de auto-ajuda.

Art. 19. Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra idoso serão obrigatoriamente comunicados pelos profissionais de saúde a quaisquer dos seguintes órgãos:

I – autoridade policial;

II – Ministério Público;

III – Conselho Municipal do Idoso;

IV – Conselho Estadual do Idoso;

V – Conselho Nacional do Idoso.

CAPÍTULO V

Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer

Art. 20. O idoso tem direito a educação, cultura, esporte, lazer, diversões, espetáculos, produtos e serviços que respeitem sua peculiar condição de idade.

Art. 21. O Poder Público criará oportunidades de acesso do idoso à educação, adequando currículos, metodologias e material didático aos programas educacionais a ele destinados.

§ 1º Os cursos especiais para idosos incluirão conteúdo relativo às técnicas de comunicação, computação e demais avanços tecnológicos, para sua integração à vida moderna.

§ 2º Os idosos participarão das comemorações de caráter cívico ou cultural, para transmissão de conhecimentos e vivências às demais gerações, no sentido da preservação da memória e da identidade culturais.

Art. 22. Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.

Art. 23. A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.

Art. 24. Os meios de comunicação manterão espaços ou horários especiais voltados aos idosos, com finalidade informativa, educativa, artística e cultural, e ao público sobre o processo de envelhecimento.

Art. 25. O Poder Público apoiará a criação de universidade aberta para as pessoas idosas e incentivará a publicação de livros e periódicos, de conteúdo e padrão editorial adequados ao idoso, que facilitem a leitura, considerada a natural redução da capacidade visual.

CAPÍTULO VI

Da Profissionalização e do Trabalho

Art. 26. O idoso tem direito ao exercício de atividade profissional, respeitadas suas condições físicas, intelectuais e psíquicas.

Art. 27. Na admissão do idoso em qualquer trabalho ou emprego, é vedada a discriminação e a fixação de limite máximo de idade, inclusive para concursos, ressalvados os casos em que a natureza do cargo o exigir.

Parágrafo único. O primeiro critério de desempate em concurso público será a idade, dando-se preferência ao de idade mais elevada.

Art. 28. O Poder Público criará e estimulará programas de:

I – profissionalização especializada para os idosos, aproveitando seus potenciais e habilidades para atividades regulares e remuneradas;

II – preparação dos trabalhadores para a aposentadoria, com antecedência mínima de 1 (um) ano, por meio de estímulo a novos proje-

tos sociais, conforme seus interesses, e de esclarecimento sobre os direitos sociais e de cidadania;

III – estímulo às empresas privadas para admissão de idosos ao trabalho.

CAPÍTULO VII Da Previdência Social

Art. 29. Os benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral da Previdência Social observarão, na sua concessão, critérios de cálculo que preservem o valor real dos salários sobre os quais incidiram contribuição, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. Os valores dos benefícios em manutenção serão reajustados na mesma data de reajuste do salário mínimo, *pro rata*, de acordo com suas respectivas datas de início ou do seu último reajustamento, com base em percentual definido em regulamento, observados os critérios estabelecidos pela Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Art. 30. A perda da condição de segurado não será considerada para a concessão da aposentadoria por idade, desde que a pessoa conte com, no mínimo, o tempo de contribuição correspondente ao exigido para efeito de carência na data de requerimento do benefício.

Parágrafo único. O cálculo do valor do benefício previsto no *caput* observará o disposto no *caput* e § 2º do art. 3º da Lei nº 9.876, de 26 de novembro de 1999, ou, não havendo salários-de-contribuição recolhidos a partir da competência de julho de 1994, o disposto no art. 35 da Lei nº 8.213, de 1991.

Art. 31. O pagamento de parcelas relativas a benefícios, efetuado com atraso por responsabilidade da Previdência Social, será atualizado pelo mesmo índice utilizado para os reajustamentos dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social, verificado no período compreendido entre o mês que deveria ter sido pago e o mês do efetivo pagamento.

Art. 32. O Dia Mundial do Trabalho, 1º de maio, é a data-base dos aposentados e pensionistas.

CAPÍTULO VIII Da Assistência Social

Art. 33. A assistência social aos idosos será prestada, de forma articulada, conforme os princípios e diretrizes previstos na Lei Orgâni-

ca da Assistência Social, na Política Nacional do Idoso, no Sistema Único de Saúde e demais normas pertinentes.

Art. 34. Aos idosos, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.

Parágrafo único. O benefício já concedido a qualquer membro da família nos termos do *caput* não será computado para os fins do cálculo da renda familiar *per capita* a que se refere a Loas.

Art. 35. Todas as entidades de longa permanência, ou casa-lar, são obrigadas a firmar contrato de prestação de serviços com a pessoa idosa abrigada.

§ 1º No caso de entidades filantrópicas, ou casa-lar, é facultada a cobrança de participação do idoso no custeio da entidade.

§ 2º O Conselho Municipal do Idoso ou o Conselho Municipal da Assistência Social estabelecerá a forma de participação prevista no § 1º, que não poderá exceder a 70% (setenta por cento) de qualquer benefício previdenciário ou de assistência social percebido pelo idoso.

§ 3º Se a pessoa idosa for incapaz, caberá a seu representante legal firmar o contrato a que se refere o *caput* deste artigo.

Art. 36. O acolhimento de idosos em situação de risco social, por adulto ou núcleo familiar, caracteriza a dependência econômica, para os efeitos legais.

CAPÍTULO IX Da Habitação

Art. 37. O idoso tem direito a moradia digna, no seio da família natural ou substituta, ou desacompanhado de seus familiares, quando assim o desejar, ou, ainda, em instituição pública ou privada.

§ 1º A assistência integral na modalidade de entidade de longa permanência será prestada quando verificada inexistência de grupo familiar, casa-lar, abandono ou carência de recursos financeiros próprios ou da família.

§ 2º Toda instituição dedicada ao atendimento ao idoso fica obrigada a manter identificação externa visível, sob pena de interdição, além de atender toda a legislação pertinente.

§ 3º As instituições que abrigarem idosos são obrigadas a manter padrões de habitação compatíveis com as necessidades deles,

bem como provê-los com alimentação regular e higiene indispensáveis às normas sanitárias e com estas condizentes, sob as penas da lei.

Art. 38. Nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observado o seguinte:

I – reserva de 3% (três por cento) das unidades residenciais para atendimento aos idosos;

II – implantação de equipamentos urbanos comunitários voltados ao idoso;

III – eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, para garantia de acessibilidade ao idoso;

IV – critérios de financiamento compatíveis com os rendimentos de aposentadoria e pensão.

CAPÍTULO X Do Transporte

Art. 39. Aos maiores de 65 (sessenta e cinco) anos fica assegurada a gratuidade dos transportes coletivos públicos urbanos e semi-urbanos, exceto nos serviços seletivos e especiais, quando prestados paralelamente aos serviços regulares.

§ 1º Para ter acesso à gratuidade, basta que o idoso apresente qualquer documento pessoal que faça prova de sua idade.

§ 2º Nos veículos de transporte coletivo de que trata este artigo, serão reservados 10% (dez por cento) dos assentos para os idosos, devidamente identificados com a placa de reservado preferencialmente para idosos.

§ 3º No caso das pessoas compreendidas na faixa etária entre 60 (sessenta) e 65 (sessenta e cinco) anos, ficará a critério da legislação local dispor sobre as condições para exercício da gratuidade nos meios de transporte previstos no *caput* deste artigo.

Art. 40. No sistema de transporte coletivo interestadual observar-se-á, nos termos da legislação específica:

I – a reserva de 2 (duas) vagas gratuitas por veículo para idosos com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos;

II – desconto de 50% (cinquenta por cento), no mínimo, no valor das passagens, para os idosos que excederem as vagas gratuitas, com renda igual ou inferior a 2 (dois) salários mínimos.

Parágrafo único. Caberá aos órgãos competentes definir os mecanismos e os critérios para o exercício dos direitos previstos nos incisos I e II.

Art. 41. É assegurada a reserva, para os idosos, nos termos da lei local, de 5% (cinco por cento) das vagas nos estacionamentos públicos e privados, as quais deverão ser posicionadas de forma a garantir a melhor comodidade ao idoso.

Art. 42. É assegurada a prioridade do idoso no embarque no sistema de transporte coletivo.

TÍTULO III Das Medidas de Proteção

CAPÍTULO I Das Disposições Gerais

Art. 43. As medidas de proteção ao idoso são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta lei forem ameaçados ou violados:

- I – por ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- II – por falta, omissão ou abuso da família, curador ou entidade de atendimento;
- III – em razão de sua condição pessoal.

CAPÍTULO II Das Medidas Específicas de Proteção

Art. 44. As medidas de proteção ao idoso previstas nesta lei poderão ser aplicadas, isolada ou cumulativamente, e levarão em conta os fins sociais a que se destinam e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Art. 45. Verificada qualquer das hipóteses previstas no art. 43, o Ministério Público ou o Poder Judiciário, a requerimento daquele, poderá determinar, dentre outras, as seguintes medidas:

- I – encaminhamento à família ou curador, mediante termo de responsabilidade;
- II – orientação, apoio e acompanhamento temporários;
- III – requisição para tratamento de sua saúde, em regime ambulatorial, hospitalar ou domiciliar;

IV – inclusão em programa oficial ou comunitário de auxílio, orientação e tratamento a usuários dependentes de drogas lícitas ou ilícitas, ao próprio idoso ou à pessoa de sua convivência que lhe cause perturbação;

V – abrigo em entidade;

VI – abrigo temporário.

TÍTULO IV Da Política de Atendimento ao Idoso

CAPÍTULO I Disposições Gerais

Art. 46. A política de atendimento ao idoso far-se-á por meio do conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 47. São linhas de ação da política de atendimento:

I – políticas sociais básicas, previstas na Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994;

II – políticas e programas de assistência social, em caráter supletivo, para aqueles que necessitarem;

III – serviços especiais de prevenção e atendimento às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;

IV – serviço de identificação e localização de parentes ou responsáveis por idosos abandonados em hospitais e instituições de longa permanência;

V – proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos dos idosos;

VI – mobilização da opinião pública no sentido da participação dos diversos segmentos da sociedade no atendimento do idoso.

CAPÍTULO II Das Entidades de Atendimento ao Idoso

Art. 48. As entidades de atendimento são responsáveis pela manutenção das próprias unidades, observadas as normas de planejamento e execução emanadas do órgão competente da Política Nacional do Idoso, conforme a Lei nº 8.842, de 1994.

Parágrafo único. As entidades governamentais e não-governamentais de assistência ao idoso ficam sujeitas à inscrição de seus programas, junto ao órgão competente da Vigilância Sanitária e Conselho Municipal da Pessoa Idosa, e em sua falta, junto ao Conselho Estadual ou Nacional da Pessoa Idosa, especificando os regimes de atendimento, observados os seguintes requisitos:

- I – oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança;
- II – apresentar objetivos estatutários e plano de trabalho compatíveis com os princípios desta lei;
- III – estar regularmente constituída;
- IV – demonstrar a idoneidade de seus dirigentes.

Art. 49. As entidades que desenvolvam programas de institucionalização de longa permanência adotarão os seguintes princípios:

- I – preservação dos vínculos familiares;
- II – atendimento personalizado e em pequenos grupos;
- III – manutenção do idoso na mesma instituição, salvo em caso de força maior;
- IV – participação do idoso nas atividades comunitárias, de caráter interno e externo;
- V – observância dos direitos e garantias dos idosos;
- VI – preservação da identidade do idoso e oferecimento de ambiente de respeito e dignidade.

Parágrafo único. O dirigente de instituição prestadora de atendimento ao idoso responderá civil e criminalmente pelos atos que praticar em detrimento do idoso, sem prejuízo das sanções administrativas.

Art. 50. Constituem obrigações das entidades de atendimento:

- I – celebrar contrato escrito de prestação de serviço com o idoso, especificando o tipo de atendimento, as obrigações da entidade e prestações decorrentes do contrato, com os respectivos preços, se for o caso;
- II – observar os direitos e as garantias de que são titulares os idosos;
- III – fornecer vestuário adequado, se for pública, e alimentação suficiente;
- IV – oferecer instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade;
- V – oferecer atendimento personalizado;
- VI – diligenciar no sentido da preservação dos vínculos familiares;

VII – oferecer acomodações apropriadas para recebimento de visitas;

VIII – proporcionar cuidados à saúde, conforme a necessidade do idoso;

IX – promover atividades educacionais, esportivas, culturais e de lazer;

X – propiciar assistência religiosa àqueles que desejarem, de acordo com suas crenças;

XI – proceder a estudo social e pessoal de cada caso;

XII – comunicar à autoridade competente de saúde toda ocorrência de idoso portador de doenças infecto-contagiosas;

XIII – providenciar ou solicitar que o Ministério Público requirite os documentos necessários ao exercício da cidadania àqueles que não os tiverem, na forma da lei;

XIV – fornecer comprovante de depósito dos bens móveis que receberem dos idosos;

XV – manter arquivo de anotações onde constem data e circunstâncias do atendimento, nome do idoso, responsável, parentes, endereços, cidade, relação de seus pertences, bem como o valor de contribuições, e suas alterações, se houver, e demais dados que possibilitem sua identificação e a individualização do atendimento;

XVI – comunicar ao Ministério Público, para as providências cabíveis, a situação de abandono moral ou material por parte dos familiares;

XVII – manter no quadro de pessoal profissionais com formação específica.

Art. 51. As instituições filantrópicas ou sem fins lucrativos prestadoras de serviço ao idoso terão direito à assistência judiciária gratuita.

CAPÍTULO III

Da Fiscalização das Entidades de Atendimento

Art. 52. As entidades governamentais e não-governamentais de atendimento ao idoso serão fiscalizadas pelos Conselhos do Idoso, Ministério Público, Vigilância Sanitária e outros previstos em lei.

Art. 53. O art. 7º da Lei nº 8.842, de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 7º Compete aos Conselhos de que trata o art. 6º desta lei a supervisão, o acompanhamento, a fiscalização e a avaliação da política nacional do idoso, no âmbito das respectivas instâncias político-administrativas.” (NR)

Art. 54. Será dada publicidade das prestações de contas dos recursos públicos e privados recebidos pelas entidades de atendimento.

Art. 55. As entidades de atendimento que descumprirem as determinações desta lei ficarão sujeitas, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal de seus dirigentes ou prepostos, às seguintes penalidades, observado o devido processo legal:

I – as entidades governamentais:

- a) advertência;
- b) afastamento provisório de seus dirigentes;
- c) afastamento definitivo de seus dirigentes;
- d) fechamento de unidade ou interdição de programa;

II – as entidades não-governamentais:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão parcial ou total do repasse de verbas públicas;
- d) interdição de unidade ou suspensão de programa;
- e) proibição de atendimento a idosos a bem do interesse público.

§ 1º Havendo danos aos idosos abrigados ou qualquer tipo de fraude em relação ao programa, caberá o afastamento provisório dos dirigentes ou a interdição da unidade e a suspensão do programa.

§ 2º A suspensão parcial ou total do repasse de verbas públicas ocorrerá quando verificada a má aplicação ou desvio de finalidade dos recursos.

§ 3º Na ocorrência de infração por entidade de atendimento, que coloque em risco os direitos assegurados nesta lei, será o fato comunicado ao Ministério Público, para as providências cabíveis, inclusive para promover a suspensão das atividades ou dissolução da entidade, com a proibição de atendimento a idosos a bem do interesse público, sem prejuízo das providências a serem tomadas pela Vigilância Sanitária.

§ 4º Na aplicação das penalidades, serão consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para o idoso, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os antecedentes da entidade.

CAPÍTULO IV Das Infrações Administrativas

Art. 56. Deixar a entidade de atendimento de cumprir as determinações do art. 50 desta lei:

Pena – multa de R\$500,00 (quinhentos reais) a R\$3.000,00 (três mil reais), se o fato não for caracterizado como crime, podendo haver a interdição do estabelecimento até que sejam cumpridas as exigências legais.

Parágrafo único. No caso de interdição do estabelecimento de longa permanência, os idosos abrigados serão transferidos para outra instituição, a expensas do estabelecimento interditado, enquanto durar a interdição.

Art. 57. Deixar o profissional de saúde ou o responsável por estabelecimento de Saúde ou instituição de longa permanência de comunicar à autoridade competente os casos de crimes contra idoso de que tiver conhecimento:

Pena – multa de R\$500,00 (quinhentos reais) a R\$3.000,00 (três mil reais), aplicada em dobro no caso de reincidência.

Art. 58. Deixar de cumprir as determinações desta lei sobre a prioridade no atendimento ao idoso:

Pena – multa de R\$500,00 (quinhentos reais) a R\$1.000,00 (um mil reais) e multa civil a ser estipulada pelo juiz, conforme o dano sofrido pelo idoso.

CAPÍTULO V Da Apuração Administrativa de Infração às Normas de Proteção ao Idoso

Art. 59. Os valores monetários expressos no Capítulo IV serão atualizados anualmente, na forma da lei.

Art. 60. O procedimento para a imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção ao idoso terá início com requisição do Ministério Público ou auto de infração elaborado por servidor efetivo e assinado, se possível, por duas testemunhas.

§ 1º No procedimento iniciado com o auto de infração poderão ser usadas fórmulas impressas, especificando-se a natureza e as circunstâncias da infração.

§ 2º Sempre que possível, à verificação da infração seguir-se-á a lavratura do auto, ou este será lavrado dentro de 24 (vinte e quatro) horas, por motivo justificado.

Art. 61. O autuado terá prazo de 10 (dez) dias para a apresentação da defesa, contado da data da intimação, que será feita:

I – pelo autuante, no instrumento de autuação, quando for lavrado na presença do infrator;

II – por via postal, com aviso de recebimento.

Art. 62. Havendo risco para a vida ou à saúde do idoso, a autoridade competente aplicará à entidade de atendimento as sanções regulamentares, sem prejuízo da iniciativa e das providências que vierem a ser adotadas pelo Ministério Público ou pelas demais instituições legitimadas para a fiscalização.

Art. 63. Nos casos em que não houver risco para a vida ou a saúde da pessoa idosa abrigada, a autoridade competente aplicará à entidade de atendimento as sanções regulamentares, sem prejuízo da iniciativa e das providências que vierem a ser adotadas pelo Ministério Público ou pelas demais instituições legitimadas para a fiscalização.

CAPÍTULO VI

Da Apuração Judicial de Irregularidades em Entidade de Atendimento

Art. 64. Aplicam-se, subsidiariamente, ao procedimento administrativo de que trata este capítulo as disposições das Leis nºs 6.437, de 20 de agosto de 1977, e 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 65. O procedimento de apuração de irregularidade em entidade governamental e não-governamental de atendimento ao idoso terá início mediante petição fundamentada de pessoa interessada ou iniciativa do Ministério Público.

Art. 66. Havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar liminarmente o afastamento provisório do dirigente da entidade ou outras medidas que julgar adequadas, para evitar lesão aos direitos do idoso, mediante decisão fundamentada.

Art. 67. O dirigente da entidade será citado para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer resposta escrita, podendo juntar documentos e indicar as provas a produzir.

Art. 68. Apresentada a defesa, o juiz procederá na conformidade do art. 69 ou, se necessário, designará audiência de instrução e julgamento, deliberando sobre a necessidade de produção de outras provas.

§ 1º Salvo manifestação em audiência, as partes e o Ministério Público terão 5 (cinco) dias para oferecer alegações finais, decidindo a autoridade judiciária em igual prazo.

§ 2º Em se tratando de afastamento provisório ou definitivo de dirigente de entidade governamental, a autoridade judiciária oficiará a autoridade administrativa imediatamente superior ao afastado, fixando-lhe prazo de 24 (vinte e quatro) horas para proceder à substituição.

§ 3º Antes de aplicar qualquer das medidas, a autoridade judiciária poderá fixar prazo para a remoção das irregularidades verificadas. Satisfeitas as exigências, o processo será extinto, sem julgamento do mérito.

§ 4º A multa e a advertência serão impostas ao dirigente da entidade ou ao responsável pelo programa de atendimento.

TÍTULO V Do Acesso à Justiça

CAPÍTULO I Disposições Gerais

Art. 69. Aplica-se, subsidiariamente, às disposições deste capítulo, o procedimento sumário previsto no Código de Processo Civil, naquilo que não contrarie os prazos previstos nesta lei.

Art. 70. O Poder Público poderá criar varas especializadas e exclusivas do idoso.

Art. 71. É assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, em qualquer instância.

§ 1º O interessado na obtenção da prioridade a que alude este artigo, fazendo prova de sua idade, requererá o benefício à autoridade judiciária competente para decidir o feito, que determinará as providências a serem cumpridas, anotando-se essa circunstância em local visível nos autos do processo.

§ 2º A prioridade não cessará com a morte do beneficiado, estendendo-se em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, com união estável, maior de 60 (sessenta) anos.

§ 3º A prioridade se estende aos processos e procedimentos na Administração Pública, empresas prestadoras de serviços públicos e instituições financeiras, ao atendimento preferencial junto à Defensoria Pública da União, dos Estados e do Distrito Federal em relação aos Serviços de Assistência Judiciária.

§ 4º Para o atendimento prioritário será garantido ao idoso o fácil acesso aos assentos e caixas, identificados com a destinação a idosos em local visível e caracteres legíveis.

CAPÍTULO II Do Ministério Público

Art. 72. (VETADO)

Art. 73. As funções do Ministério Público, previstas nesta lei, serão exercidas nos termos da respectiva Lei Orgânica.

Art. 74. Compete ao Ministério Público:

I – instaurar o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos direitos e interesses difusos ou coletivos, individuais indisponíveis e individuais homogêneos do idoso;

II – promover e acompanhar as ações de alimentos, de interdição total ou parcial, de designação de curador especial, em circunstâncias que justifiquem a medida e oficiar em todos os feitos em que se discutam os direitos de idosos em condições de risco;

III – atuar como substituto processual do idoso em situação de risco, conforme o disposto no art. 43 desta lei;

IV – promover a revogação de instrumento procuratório do idoso, nas hipóteses previstas no art. 43 desta lei, quando necessário ou o interesse público justificar;

V – instaurar procedimento administrativo e, para instruí-lo:

a) expedir notificações, colher depoimentos ou esclarecimentos e, em caso de não-comparecimento injustificado da pessoa notificada, requisitar condução coercitiva, inclusive pela Polícia Civil ou Militar;

b) requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades municipais, estaduais e federais, da administração direta e indireta, bem como promover inspeções e diligências investigatórias;

c) requisitar informações e documentos particulares de instituições privadas;

VI – instaurar sindicâncias, requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, para a apuração de ilícitos ou infrações às normas de proteção ao idoso;

VII – zelar pelo efetivo respeito aos direitos e garantias legais assegurados ao idoso, promovendo as medidas judiciais e extrajudiciais cabíveis;

VIII – inspecionar as entidades públicas e particulares de atendimento e os programas de que trata esta lei, adotando de pronto as medidas administrativas ou judiciais necessárias à remoção de irregularidades porventura verificadas;

IX – requisitar força policial, bem como a colaboração dos serviços de saúde, educacionais e de assistência social, públicos, para o desempenho de suas atribuições;

X – referendar transações envolvendo interesses e direitos dos idosos previstos nesta lei.

§ 1º A legitimação do Ministério Público para as ações cíveis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo dispuser a lei.

§ 2º As atribuições constantes deste artigo não excluem outras, desde que compatíveis com a finalidade e atribuições do Ministério Público.

§ 3º O representante do Ministério Público, no exercício de suas funções, terá livre acesso a toda entidade de atendimento ao idoso.

Art. 75. Nos processos e procedimentos em que não for parte, atuará obrigatoriamente o Ministério Público na defesa dos direitos e interesses de que cuida esta lei, hipóteses em que terá vista dos autos depois das partes, podendo juntar documentos, requerer diligências e produção de outras provas, usando os recursos cabíveis.

Art. 76. A intimação do Ministério Público, em qualquer caso, será feita pessoalmente.

Art. 77. A falta de intervenção do Ministério Público acarreta a nulidade do feito, que será declarada de ofício pelo juiz ou a requerimento de qualquer interessado.

CAPÍTULO III

Da Proteção Judicial dos Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Indisponíveis ou Homogêneos

Art. 78. As manifestações processuais do representante do Ministério Público deverão ser fundamentadas.

Art. 79. Regem-se pelas disposições desta lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados ao idoso, referentes à omissão ou ao oferecimento insatisfatório de:

- I – acesso às ações e serviços de saúde;
- II – atendimento especializado ao idoso portador de deficiência ou com limitação incapacitante;
- III – atendimento especializado ao idoso portador de doença infecto-contagiosa;
- IV – serviço de assistência social visando ao amparo do idoso.

Parágrafo único. As hipóteses previstas neste artigo não excluem da proteção judicial outros interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos, próprios do idoso, protegidos em lei.

Art. 80. As ações previstas neste capítulo serão propostas no foro do domicílio do idoso, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas as competências da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores.

Art. 81. Para as ações cíveis fundadas em interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos, consideram-se legitimados, concorrentemente:

- I – o Ministério Público;
- II – a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;
- III – a Ordem dos Advogados do Brasil;
- IV – as associações legalmente constituídas há pelo menos 1 (um) ano e que incluam entre os fins institucionais a defesa dos interesses e direitos da pessoa idosa, dispensada a autorização da assembléia, se houver prévia autorização estatutária.

§ 1º Admitir-se-á litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida esta lei.

§ 2º Em caso de desistência ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado deverá assumir a titularidade ativa.

Art. 82. Para defesa dos interesses e direitos protegidos por esta lei, são admissíveis todas as espécies de ação pertinentes.

Parágrafo único. Contra atos ilegais ou abusivos de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições de Poder Público, que lesem direito líquido e certo previsto nesta lei, caberá ação mandamental, que se regerá pelas normas da lei do mandado de segurança.

Art. 83. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não-fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao adimplemento.

§ 1º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou após justificação prévia, na forma do art. 273 do Código de Processo Civil.

§ 2º O juiz poderá, na hipótese do § 1º ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente do pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando prazo razoável para o cumprimento do preceito.

§ 3º A multa só será exigível do réu após o trânsito em julgado da sentença favorável ao autor, mas será devida desde o dia em que se houver configurado.

Art. 84. Os valores das multas previstas nesta lei reverterão ao Fundo do Idoso, onde houver, ou, na falta deste, ao Fundo Municipal de Assistência Social, ficando vinculados ao atendimento ao idoso.

Parágrafo único. As multas não recolhidas até 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado da decisão serão exigidas por meio de execução promovida pelo Ministério Público, nos mesmos autos, facultada igual iniciativa aos demais legitimados em caso de inércia daquele.

Art. 85. O juiz poderá conferir efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte.

Art. 86. Transitada em julgado a sentença que impuser condenação ao Poder Público, o juiz determinará a remessa de peças à autoridade competente, para apuração da responsabilidade civil e administrativa do agente a que se atribua a ação ou omissão.

Art. 87. Decorridos 60 (sessenta) dias do trânsito em julgado da sentença condenatória favorável ao idoso sem que o autor lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada, igual iniciativa aos demais legitimados, como assistentes ou assumindo o pólo ativo, em caso de inércia desse órgão.

Art. 88. Nas ações de que trata este capítulo, não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas.

Parágrafo único. Não se imporá sucumbência ao Ministério Público.

Art. 89. Qualquer pessoa poderá, e o servidor deverá, provocar a iniciativa do Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os

fatos que constituam objeto de ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção.

Art. 90. Os agentes públicos em geral, os juízes e tribunais, no exercício de suas funções, quando tiverem conhecimento de fatos que possam configurar crime de ação pública contra idoso ou ensejar a propositura de ação para sua defesa, devem encaminhar as peças pertinentes ao Ministério Público, para as providências cabíveis.

Art. 91. Para instruir a petição inicial, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias, que serão fornecidas no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 92. O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer pessoa, organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias.

§ 1º Se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil ou de peças informativas, determinará o seu arquivamento, fazendo-o fundamentadamente.

§ 2º Os autos do inquérito civil ou as peças de informação arquivados serão remetidos, sob pena de se incorrer em falta grave, no prazo de 3 (três) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público ou à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público.

§ 3º Até que seja homologado ou rejeitado o arquivamento, pelo Conselho Superior do Ministério Público ou por Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público, as associações legitimadas poderão apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados ou anexados às peças de informação.

§ 4º Deixando o Conselho Superior ou a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público de homologar a promoção de arquivamento, será designado outro membro do Ministério Público para o ajuizamento da ação.

TÍTULO VI

Dos Crimes

CAPÍTULO I

Disposições Gerais

Art. 93. Aplicam-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

Art. 94. Aos crimes previstos nesta lei, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 4 (quatro) anos, aplica-se o procedimento previsto na Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, e, subsidiariamente, no que couber, as disposições do Código Penal e do Código de Processo Penal.

CAPÍTULO II Dos Crimes em Espécie

Art. 95. Os crimes definidos nesta lei são de ação penal pública incondicionada, não se lhes aplicando os arts. 181 e 182 do Código Penal.

Art. 96. Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade:

Pena – Reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

§ 1º Na mesma pena incorre quem desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo.

§ 2º A pena será aumentada de 1/3 (um terço) se a vítima se encontrar sob os cuidados ou responsabilidade do agente.

Art. 97. Deixar de prestar assistência ao idoso, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, em situação de iminente perigo, ou recusar, retardar ou dificultar sua assistência à saúde, sem justa causa, ou não pedir, nesses casos, o socorro de autoridade pública:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

Parágrafo único. A pena é aumentada de metade, se da omissão resulta lesão corporal de natureza grave, e triplicada, se resulta a morte.

Art. 98. Abandonar o idoso em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por lei ou mandado:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 3 (três) anos e multa.

Art. 99. Expor a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, do idoso, submetendo-o a condições desumanas ou degradantes ou privando-o de alimentos e cuidados indispensáveis, quando obrigado a fazê-lo, ou sujeitando-o a trabalho excessivo ou inadequado:

Pena – detenção de 2 (dois) meses a 1 (um) ano e multa.

§ 1º Se do fato resulta lesão corporal de natureza grave:

Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos.

§ 2º Se resulta a morte:

Pena – reclusão de 4 (quatro) a 12 (doze) anos.

Art. 100. Constitui crime punível com reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa:

I – obstar o acesso de alguém a qualquer cargo público por motivo de idade;

II – negar a alguém, por motivo de idade, emprego ou trabalho;

III – recusar, retardar ou dificultar atendimento ou deixar de prestar assistência à saúde, sem justa causa, a pessoa idosa;

IV – deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida na ação civil a que alude esta lei;

V – recusar, retardar ou omitir dados técnicos indispensáveis à propositura da ação civil objeto desta lei, quando requisitados pelo Ministério Público.

Art. 101. Deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida nas ações em que for parte ou interveniente o idoso:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

Art. 102. Apropriar-se de ou desviar bens, proventos, pensão ou qualquer outro rendimento do idoso, dando-lhes aplicação diversa da de sua finalidade:

Pena – reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa.

Art. 103. Negar o acolhimento ou a permanência do idoso, como abrigado, por recusa deste em outorgar procuração à entidade de atendimento:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

Art. 104. Reter o cartão magnético de conta bancária relativa a benefícios, proventos ou pensão do idoso, bem como qualquer outro documento com objetivo de assegurar recebimento ou ressarcimento de dívida:

Pena – detenção de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos e multa.

Art. 105. Exibir ou veicular, por qualquer meio de comunicação, informações ou imagens depreciativas ou injuriosas à pessoa do idoso:

Pena – detenção de 1 (um) a 3 (três) anos e multa.

Art. 106. Induzir pessoa idosa sem discernimento de seus atos a outorgar procuração para fins de administração de bens ou deles dispor livremente:

Pena – reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

Art. 107. Coagir, de qualquer modo, o idoso a doar, contratar, testar ou outorgar procuração:

Pena – reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos.

Art. 108. Lavrar ato notarial que envolva pessoa idosa sem discernimento de seus atos, sem a devida representação legal:

Pena – reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos.

TÍTULO VII Disposições Finais e Transitórias

Art. 109. Impedir ou embaraçar ato do representante do Ministério Público ou de qualquer outro agente fiscalizador:

Pena – reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

Art. 110. O Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, Código Penal, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 61.

.....

II –

.....

h) contra criança, maior de 60 (sessenta) anos, enfermo ou mulher grávida;

.....” (NR)

“Art. 121.

.....

§ 4º No homicídio culposo, a pena é aumentada de 1/3 (um terço), se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as conseqüências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de 1/3 (um terço) se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (quatorze) ou maior de 60 (sessenta) anos.

.....” (NR)

“Art. 133.

.....

§ 3º

.....

III – se a vítima é maior de 60 (sessenta) anos.” (NR)

“Art. 140.

§ 3º Se a injúria consiste na utilização de elementos referentes a raça, cor, etnia, religião, origem ou a condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência:

.....” (NR)

“Art. 141.

IV – contra pessoa maior de 60 (sessenta) anos ou portadora de deficiência, exceto no caso de injúria.

.....” (NR)

“Art. 148.

§ 1º

I – se a vítima é ascendente, descendente, cônjuge do agente ou maior de 60 (sessenta) anos.

.....” (NR)

“Art. 159.

§ 1º Se o seqüestro dura mais de 24 (vinte e quatro) horas, se o seqüestrado é menor de 18 (dezoito) ou maior de 60 (sessenta) anos, ou se o crime é cometido por bando ou quadrilha.

.....” (NR)

“Art. 183.

III – se o crime é praticado contra pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos.” (NR)

“Art. 244. Deixar, sem justa causa, de prover a subsistência do cônjuge, ou de filho menor de 18 (dezoito) anos ou inapto para o trabalho, ou de ascendente inválido ou maior de 60 (sessenta) anos, não lhes proporcionando os recursos necessários ou faltando ao pagamento de pensão alimentícia judicialmente acordada, fixada ou majorada; deixar, sem justa causa, de socorrer descendente ou ascendente, gravemente enfermo:

.....” (NR)

Art. 111. O art. 21 do Decreto-Lei nº 3.688, de 3 de outubro de 1941, Lei das Contravenções Penais, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 21.
.....
Parágrafo único. Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) até a metade se a vítima é maior de 60 (sessenta) anos.” (NR)

Art. 112. O inciso II do § 4º do art. 1º da Lei nº 9.455, de 7 de abril de 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.
.....
§ 4º
II – se o crime é cometido contra criança, gestante, portador de deficiência, adolescente ou maior de 60 (sessenta) anos;
.....” (NR)

Art. 113. O inciso III do art. 18 da Lei nº 6.368, de 21 de outubro de 1976, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 18.
.....
III – se qualquer deles decorrer de associação ou visar a menores de 21 (vinte e um) anos ou a pessoa com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos ou a quem tenha, por qualquer causa, diminuída ou suprimida a capacidade de discernimento ou de autodeterminação:
.....” (NR)

Art. 114. O art. 1º da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º As pessoas portadoras de deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo terão atendimento prioritário, nos termos desta lei.” (NR)

Art. 115. O Orçamento da Seguridade Social destinará ao Fundo Nacional de Assistência Social, até que o Fundo Nacional do Idoso seja criado, os recursos necessários, em cada exercício financeiro, para aplicação em programas e ações relativos ao idoso.

Art. 116. Serão incluídos nos censos demográficos dados relativos à população idosa do país.

Art. 117. O Poder Executivo encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei revendo os critérios de concessão do Benefício de Prestação Continuada previsto na Lei Orgânica da Assistência Social, de forma a garantir que o acesso ao direito seja condizente com o estágio de desenvolvimento socioeconômico alcançado pelo país.

Art. 118. Esta lei entra em vigor decorridos 90 (noventa) dias da sua publicação, ressalvado o disposto no *caput* do art. 36, que vigorará a partir de 1º de janeiro de 2004.

Brasília, 1º de outubro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Márcio Thomaz Bastos

Antonio Palocci Filho

Rubem Fonseca Filho

Humberto Sérgio Costa Lima

Guido Mantega

Ricardo José Ribeiro Berzoini

Benedita Souza da Silva Sampaio

Álvaro Augusto Ribeiro Costa

Considerações Finais

Sabemos que o maior legado que podemos deixar para as gerações que estão se constituindo é a educação voltada para o respeito aos direitos humanos. Só é possível uma harmonia que escapa da violência, dos maus-tratos na infância e na velhice, dos salários indignos, das piores condições de sobrevivência, do sofrimento e do abandono social quando existir o respeito e a valorização do outro, da natureza e da humanidade.

Diz o provérbio chinês: *“Aquele que garante o bem-estar dos outros garante o próprio.”*

A velhice deve ser considerada como a idade da vivência e da experiência, que jamais devem ser desperdiçadas. O futuro será formado por uma legião de indivíduos mais velhos e se não estivermos conscientes das transformações e preparados para enfrentar esta nova realidade, estaremos fadados a viver em uma civilização solitária e totalmente deficiente de direitos e garantias na terceira idade.

O Estatuto do Idoso é a concretização de um sonho para milhões de idosos que vivem na miséria e no abandono sem ter acesso sequer aos direitos fundamentais presentes na nossa Constituição.

Poderíamos destacar todos os artigos deste Estatuto como sendo fundamentais, pois cada um é o resultado de uma grande reflexão e observação da realidade em que vive o idoso brasileiro. É uma lei ousada que amplia direitos e leva para o futuro melhores condições de vida à terceira idade.

Este trabalho humaniza e aproxima cada vez mais o idoso da sua família e da sociedade. Todos têm um papel fundamental para a garantia dos direitos presentes neste Estatuto, a família, a comunidade, o Poder Público. O Estado assumirá a responsabilidade quando não houver condições de manter o idoso no convívio com a família.

O Estatuto prevê o respeito à inserção do idoso no mercado de trabalho e à profissionalização, tendo em vista suas condições físicas, intelectuais e psíquicas. Nosso mercado está voltado para os jovens; tornam-se, portanto imprescindíveis, mudanças que estimulem a participação do idoso no processo de produção. Eles podem e devem contribuir com a sua experiência para o crescimento do país.

Estão asseguradas oportunidades de acesso à cultura, esporte e lazer com propostas e programas voltados para esta idade, além da facilidade do encontro de cursos especiais, que são fundamentais para preservar a saúde física e mental do idoso.

O Brasil gasta aproximadamente 22% de tudo o que investe em saúde no tratamento hospitalar da população idosa. O Estatuto contempla esta questão, assegurando a atenção integral, bem como políticas de prevenção, promoção, proteção e recuperação da saúde do idoso.

Outras questões estão preservadas, como o direito ao transporte; medidas de proteção aos idosos em situação de risco, que escancara o problema do abandono em asilos em condições inaceitáveis; habitação, para que os idosos tenham moradia digna; regras para as entidades que atendem a esta faixa etária; consolidação do Conselho do Idoso em nível nacional, estadual e dos municípios; dever de denúncia dos cidadãos, em caso de conhecimento de alguma forma de negligência, discriminação, violência, exploração, crueldade ou opressão contra os idosos.

A área jurídica prevê avanços em relação a já existente Política Nacional do Idoso, Lei nº 8.842, de 1994. Essa lei é fundamental, mas o Estatuto amplia, quando apresenta os crimes e define as penas para todos os que desrespeitarem o idoso.

Sabemos das imensas dificuldades que teremos pela frente; temos consciência de que este Estatuto é só o começo de uma longa batalha, mas já é um começo bastante promissor. Contamos com a

mobilização e com a participação da sociedade e dos movimentos organizados para a divulgação e a efetiva implantação desta lei.

Todos sabem da relação de carinho que temos com os idosos e que temos feito desta uma das principais bandeiras do nosso trabalho no Congresso Nacional. Nossa responsabilidade é grande e, sem nos afastar da luta e da realidade, sonhamos, muitas vezes, por meio de poesias. Uma delas está presente neste texto e fala daqueles que têm a coragem de levantar e caminhar em busca de seus próprios sonhos, os idosos.

Idosos e Rebeldes

Quem são vocês, velhos, rebeldes, aposentados?
Como ousam dizer não à elite que manda no país?
Quem são vocês que se levantam bravos
e contestam os Três Poderes da República?
Com que ousadia saem às ruas, viajam horas e horas,
demonstrando mais energia, mais raça
e espírito guerreiro do que os jovens?
Vocês jovens, já esqueceram, mas somos aqueles que, quando
choravam,
cantávamos cansados, mas com força, para fazê-los dormir.
Somos aqueles que, na madrugada fria,
cobríamos seus corpos com o melhor cobertor.
Somos aqueles que os viram crescer.
Quando ficavam doentes, nós adoecíamos também.
Sua febre era a nossa febre,
sua dor era a nossa dor.
Reclamavam nossa ausência,
mas estávamos trabalhando em horas extras,

*para que pudessem estudar, vestir, morar, comer e brincar.
Somos aqueles que, muitas vezes, choravam em silêncio,
Por não podermos dar tudo o que queriam e mereciam.
Ah, quantas vezes gostaríamos de parar e brincar mais
Mas não podíamos, tínhamos que trabalhar, trabalhar, trabalhar...
Ficávamos de coração nas mãos e sem dormir
quando vocês, ainda adolescentes, saíam para as festas.
Vivemos para vocês.
Embora saibamos que vocês não viverão para nós,
viverão para os seus filhos.
Ensinamos tudo o que vocês quiseram aprender.
E hoje, o nosso papo não interessa mais a vocês como no passado.
Pode ser saudosismo, mas gostaríamos de poder ver vocês
correrem novamente pela casa, acompanhá-los ao jogo de futebol
ou nas velhas pescarias.
Hoje, caminhamos devagar,
podemos até pensar diferente,
mas amamos vocês como vocês amam seus filhos.
Não nos digam que esse sentimento
é apenas gerado pela saudade de um tempo que não voltará
mais.
Hoje, discute-se a inteligência da emoção...
Só quem ama sabe que esta teoria é correta.
A idade nos tempera, nos deixa mais sábios,
fomos forjados com o fogo da natureza,
amamos a vida e não tememos a morte.*

*Temos orgulho de nossa história de lutas –
quem ama faz a guerra se preciso for.
Se vamos hoje à batalha,
queremos que vocês nos acompanhem,
pois acreditamos neste país.*

Paulo Paim

CONTATOS COM O GABINETE DO SENADOR PAULO PAIM

Brasília

Endereço: Praça dos Três Poderes
Senado Federal
Anexo I – 22º andar – sala 4
CEP 70165-900 – Brasília – DF
Telefones: (61) 311-5230 / 311-5227
Fax: (61) 311-5235
e-mail: paulopaim@senador.gov.br
Home page: www.senado.gov.br/paulopaim

Rio Grande do Sul

Endereço: Av. Guilherme Schell, 6922 – Centro
CEP 92310-001 – Canoas – RS
Telefone: (51) 472-5979
e-mail: paulopaim@plugin.com.br